

Direito Constitucional

UFRJ e Câmara dos Deputados (122 questões comentadas)

Princípios Fundamentais

- 1**
(TJ - AP/Residência Jurídica/2023) A Constituição Federal de 1988 tem, como uma de suas características mais marcantes, a preocupação com os parâmetros do Estado Federal. Dentre os princípios fundamentais, a Constituição elenca, como fundamentos da República Federativa do Brasil, dentre outros:
- a) soberania, cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - b) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
 - c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - d) constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - e) Separação dos Poderes Executivo e Judiciário.
- 2**
(TJ - CE/CESPE-CEBRASPE/2023) A República Federativa do Brasil (RFB) constituiu-se em estado democrático de direito e sua Constituição Federal proclama, expressamente, que todo o poder emana do povo. Segundo o texto constitucional, esse poder
- a) é exercido exclusivamente de forma indireta, por meio de representantes eleitos.
 - b) é exercido diretamente por meio do voto, por meio do qual o povo escolhe seus representantes no Congresso Nacional.
 - c) deve buscar a integração econômica, política, social e cultural das diversas regiões do país, visando à diminuição das desigualdades sociais.
 - d) é exercido de forma indireta, por meio de representantes eleitos, podendo também ser exercido diretamente.
 - e) é independente e harmônico, constituindo o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- 3**
(SEASTER - PA/IADES/2019) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, publicada em 1988, os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, são o
- a) Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
 - b) Legislativo, a Controladoria-Geral da União e o Judiciário.
 - c) Ministério Público, o Executivo e o Conselho Nacional de Justiça.
 - d) Executivo, o Judiciário e a Controladoria-Geral da União.
 - e) Legislativo, o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União.
- e) realizada para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos.
- 4**
(CAU - AC/IADES/2019) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- a) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

- b) Realizar obras de habitação para pessoas pobres.
- c) Impedir a reforma agrária dos latifundiários.
- d) Realizar o pagamento de juros bancários.
- e) Promover intercâmbio cultural.

5

(TRT - 4ª Região/FCC/2022) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. pluralismo político.
- II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- IV. independência nacional.
- V. concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, IV e V. c) II, III e V. e) I, II e IV.
- b) I, III e V. d) I, III e IV.

6

(Prefeitura de Vinhedo - SP/IBFC/2020) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios expressos na Constituição Federal de 1988, dentre eles, a defesa da paz e a solução pacífica de conflitos. Leia abaixo o parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal: “Art. 4º. Parágrafo Único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e _____ dos povos _____, visando à _____ de uma comunidade _____ de nações”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) cultural / da América Latina / formação / latino-americana.
- b) religiosa / de todos os países / integração / sul-americana.

- c) educacional / da América do Sul / reunião / universal.
- d) nacional / do mundo / integração / unida e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

7

(PC - MG/FUMARC/2022) Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios fundamentais, EXCETO:

- a) Dignidade da pessoa humana.
- b) Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- c) Independência nacional.
- d) Pluripartidarismo político.

8

(TRE - PA/IBFC/2020) Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil encontram-se enumerados de forma expressa nos artigos do 1º ao 4º da Constituição Federal de 1988. Acerca deste tema, assinale a alternativa correta.

- a) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e o desenvolvimento nacional.
- b) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação consiste em um dos princípios que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais é um dos objetivos fundamentais do Brasil, ao lado da igualdade entre os estados.
- d) São princípios em que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais a não-intervenção, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

- 1**
(Prefeitura de São Marcos - RS/OBJETIVA/2022)
Considerando-se a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE: Todos são _____ perante a lei, _____ distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a _____ do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- a) iguais | sem | inviolabilidade.
 - b) distintos | com | violabilidade.
 - c) iguais | com | violabilidade.
 - d) distintos | sem | inviolabilidade.
- 2**
(TJ - RJ/CESPE-CEBRASPE/2021) Conforme a Constituição Federal de 1988, as pessoas
- a) estão autorizadas a fazer tudo desde que a lei não proíba.
 - b) só estão autorizadas a fazer aquilo que está previsto em lei.
 - c) só podem fazer algo quando ato normativo legal ou infralegal expressamente permitir.
 - d) estão, em princípio, proibidas a fazer tudo, podendo um decreto regulamentar presidencial permitir a atuação individual.
 - e) não podem ser obrigadas a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de ato normativo legal ou infralegal.
- 3**
(MPE - PB/FCC/2023) Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,
- a) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.
 - b) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.
 - c) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
 - d) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.
 - e) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- 4**
(TJ - SC/FGV/2021) João, famoso músico brasileiro, com décadas de carreira, tomou conhecimento pela imprensa de que sua biografia fora concluída por Maria, estando com lançamento marcado para o final do mês. Embora tenha sido procurado por Maria em diversas ocasiões, sempre se negara a atendê-la, tendo imaginado que, com esse proceder, impediria o avanço do projeto, já que não o autorizara. Transtornado com a possibilidade de ter a sua vida devassada, principalmente a partir da visão de um terceiro, que não a sua, consultou um advogado a respeito da compatibilidade da conduta de Maria com a ordem constitucional. O advogado respondeu, corretamente, que a conduta de Maria, no contexto descrito, era:
- a) ilícita, pois a biografia não autorizada afrontou a intimidade de João.
 - b) lícita, estando albergada pelas liberdades de pensamento e de expressão.

- c) ilícita, em razão do acesso a dados pessoais sem prévia autorização judicial.
- d) ilícita, já que os direitos fundamentais de João não podem obstar o exercício dos direitos de Maria.
- e) ilícita, pois ultrapassara os limites da liberdade de expressão e avançara nos direitos da personalidade de João.

5

(CGU/FGV/2022) Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria agiu de maneira:

- a) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa.
- b) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei.
- c) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei.
- d) lícita, desde que a lei que instituiu a obrigação preveja expressamente a faculdade de não ser cumprida, daí decorrendo a incidência das sanções cominadas.
- e) ilícita, pois a recusa em cumprir obrigação legal a todos imposta, em qualquer caso, afronta a isonomia, devendo ser privada de sua cidadania nas acepções ativa e passiva.

6

(TRT - 14ª Região/FCC/2022) Laura reside apenas com o filho recém-nascido em sua casa. Em uma determinada segunda-feira à noite, enquanto ambos dormiam, a residência foi invadida, sem o consentimento de Laura, por policiais munidos de uma determinação judicial, para investigação

da prática de um suposto crime de furto, o qual teria ocorrido três meses antes da data da referida invasão, não configurando flagrante delito. Em conformidade com a Constituição Federal, os policiais

- a) poderiam ter penetrado no imóvel apenas para prestar socorro.
- b) poderiam ter penetrado no imóvel, pois possuíam determinação judicial.
- c) poderiam ter penetrado no imóvel em caso de flagrante delito, apenas.
- d) não poderiam ter penetrado no imóvel no período noturno, ainda que por determinação judicial.
- e) não poderiam ter penetrado no imóvel, mesmo que fosse durante o dia, uma vez que não houve o consentimento da moradora.

7

(TRT - 4ª Região/FCC/2022) Militantes de um partido político decidem realizar uma manifestação em uma importante avenida da cidade contra a situação econômica do país, e avisam a autoridade competente sobre data, hora e local de sua realização. Simpatizantes das políticas econômicas, por sua vez, ao tomarem conhecimento do referido evento, pretendem, sem solicitar autorização da autoridade competente, realizar, na mesma data, hora e local, manifestação favorável ao governo. No caso em questão, considerados os elementos fornecidos, diante do disposto na Constituição Federal,

- a) os simpatizantes das políticas econômicas não poderão levar adiante sua intenção, pois frustraria a reunião dos militantes do partido político, já convocada para a mesma data, hora e local, e comunicada à autoridade competente.
- b) caberia à autoridade municipal reunir ambos os grupos e, mediante a assinatura de um termo de ajustamento de condutas, estabelecer o compromisso dos participantes de que ambos os eventos venham a ocorrer de maneira pacífica, sem armas.
- c) os simpatizantes das políticas econômicas podem se manifestar livremente, pois a Constituição garante o direito de reunião, independentemente de autorização do Poder

Público, e ainda que em data, hora e local de outra reunião convocada anteriormente.

d) nenhuma das manifestações poderia ocorrer, haja vista que dependem de prévia autorização por parte da autoridade competente, não bastando, para sua realização, o simples aviso prévio.

e) diante do impasse, os militantes do partido político devem, com a intermediação do Ministério Público e as autoridades municipais, remarcar para data futura a realização do evento.

8

(TRT - 24ª Região/FCC/2017) A associação dos metalúrgicos aposentados da cidade X está causando grande tumulto na cidade em razão das suas reivindicações e manifestações realizadas semanalmente na praça pública central. Assim, o Prefeito da cidade, através de Decreto, determinou que a associação será compulsoriamente dissolvida, devendo seus associados pagarem uma multa em caso de funcionamento após a data prevista para a sua dissolução. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal,

a) o Prefeito agiu corretamente uma vez que as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal quando praticarem atos ilegais ou perturbarem a ordem.

b) a referida associação só poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial transitada em julgado.

c) a referida associação só poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, não sendo exigido o trânsito em julgado.

d) o Prefeito agiu corretamente uma vez que as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas, em qualquer hipótese, por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo permitida a aplicação de multa na hipótese narrada.

e) o Prefeito agiu corretamente uma vez que as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo vedado, porém, a previsão de multa na hipótese narrada.

9

(TJ - SP/UNESP/2023) Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.

a) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano.

b) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular.

c) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade.

d) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno.

e) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior.

10

(CGDF/CESPE-CEBRASPE/2023) O dispositivo constitucional que assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder abrange, em processo administrativo,

a) a realização de perícias e a interposição de recurso administrativo.

b) o empreendimento de diligências e a interposição de recurso administrativo.

c) a realização de perícias e o empreendimento de diligências.

d) a interposição de recurso administrativo.

11

(AGU/IDECAN/2019) Nos termos da Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

I. a legítima de defesa.

II. a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e os definidos como crimes hediondos.

III. a soberania dos veredictos e o sigilo das votações.

Analisando os itens acima, é correto afirmar que

- a) somente o item I está correto.
- b) somente o item II está correto.
- c) somente o item III está correto.
- d) somente os itens I e II estão corretos.
- e) somente os itens II e III estão corretos.

12

(TRT - 23ª Região/FCC/2022) Suponha que Adriano, hoje com 45 anos de idade, esteja sendo processado por crime de racismo cometido há vinte e dois anos. Considerando apenas as informações fornecidas, se condenado, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Adriano

- a) se sujeitará à pena de reclusão, nos termos da lei, tendo em vista que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- b) se sujeitará à pena de detenção, nos termos da lei, tendo em vista que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- c) poderá efetuar o pagamento de fiança para aguardar o julgamento em liberdade.
- d) não será condenado, pois o crime de racismo prescreve em cinco anos.
- e) não será condenado, pois o crime de racismo prescreve em vinte anos.

13

(Câmara de Orlandia - SP/VUNESP/2018) A Constituição Federal estabelece em seu art. 5º que “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel” (Inciso LXVII). Todavia, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a prisão do depositário infiel não se sustentaria em virtude de disposições de direito internacional. Essa decisão do STF foi proferida com base na

- a) interpretação conforme a constituição sem redução de texto.
- b) declaração parcial de inconstitucionalidade.
- c) mutação constitucional.

d) interpretação conforme a constituição com redução de texto.

e) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

14

(TCE - AM/FGV/2021) A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- a) emenda constitucional.
- b) lei complementar.
- c) ato supralegal.
- d) lei ordinária.
- e) decreto.

15

(TRT - 4ª Região/FCC/2022) Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, considere:

I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.

II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.

- c) II e V.
- d) IV e V.
- e) III, IV e V.

16

(TJ - RJ/CESPE-CEBRASPE/2021) Assinale a opção correta, no que concerne a habeas corpus.

- a) O próprio réu pode impetrar em causa própria, desde que comprove ser advogado.
- b) O membro do Ministério Público tem legitimidade para impetrar em favor do réu.
- c) O habeas corpus não é cabível quando o processo for nulo, sendo admissível quando houver ameaça à liberdade de ir e vir.
- d) O advogado deve anexar procuração pública ao pedido, sob pena de não conhecimento por ilegitimidade.
- e) A concessão da ordem para liberar o preso implica o término da ação penal.

17

(TRT - 5ª Região/FCC/2022) Nelson, atendendo a um pedido do departamento de recursos humanos da empresa em que estava pleiteando uma vaga de trabalho, dirigiu-se até a repartição pública competente com o objetivo de obter uma certidão negativa de antecedentes criminais, para o processo seletivo de emprego a que estava concorrendo. No entanto, a repartição, sem qualquer esclarecimento, negou o pedido de emissão de certidão. Nelson resolve se aconselhar com um amigo advogado que lhe diz ser cabível, nessa situação, o ajuizamento de

- a) mandado de segurança.
- b) ação popular.
- c) mandado de injunção.
- d) habeas corpus.
- e) habeas data.

18

(FGV - Câmara de Aracaju - SE - Assistente Administrativo - 2021) Selma, após analisar a Constituição da República de 1988, constatou que o exercício de certo direito constitucional estava sendo inviabilizado em razão da falta de norma regulamentadora editada pelo poder competente. Nesse caso, Selma pode ajuizar:

- a) mandado de segurança.
- b) pedido de reclamação.

- c) mandado de injunção.
- d) direito de petição.
- e) habeas data.

19

(Prefeitura de Guarujá - SP/VUNESP/2021) José tentou obter um emprego em uma empresa privada. Durante a entrevista de seleção, foi dispensado pelo recrutador, sob a alegação de que existiriam registros nos arquivos da Secretaria Estadual da Segurança Pública, relativos à sua pessoa, que o desabonavam. Em razão disso, requereu, mediante petição endereçada à Secretaria da Segurança Pública, que lhe fossem disponibilizadas todas as informações existentes acerca de sua pessoa, o que lhe foi negado. A medida judicial mais adequada para a obtenção das informações requeridas por José é

- a) habeas data.
- b) mandado de segurança.
- c) ação de exibição de documentos.
- d) tutela antecipada em caráter antecedente.
- e) tutela cautelar em caráter antecedente.

20

(DPE - GO/FCC/2021) A ação popular

- a) é viável para invalidar lei em tese, mesmo se tratando de norma geral abstrata, desde que ilegal e afrontosa ao patrimônio público.
- b) pode ser ajuizada por cidadão, mesmo que menor de 18 anos, mas com no mínimo 16 anos, para impugnar ato ilegal ou imoral, se esgotados todos os meios impugnativos anteriores.
- c) exige, antes de seu ajuizamento, o esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão ao ato ilegal e lesivo ao patrimônio público.
- d) pode ser ajuizada por pessoa jurídica, legalmente constituída há pelo menos um ano, para impugnar ato lesivo ao patrimônio público na discussão unicamente de sua legalidade.
- e) pode ser ajuizada por cidadão para impugnar ato lesivo ao patrimônio público, seja no aspecto legal ou moral.

21

(TJ - PE/IBFC/2017) Sobre os Remédios Constitucionais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, analise os itens abaixo.

I. É possível a impetração de mandado de injunção quando uma norma regulamentadora dificulta o exercício dos direitos e liberdades dispostos na Constituição, bem como prerrogativas vinculadas unicamente à soberania e cidadania.

II. Habeas Data é instrumento utilizado unicamente para assegurar o conhecimento de informações existentes em registros e bancos de dados públicos e de entidades governamentais.

III. Habeas Corpus é concedido apenas quando do efetivo cerceamento da liberdade de

locomoção, ante ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade pública.

IV. O Mandado de Segurança coletivo poderá ser impetrado por parlamentar membro do Congresso Nacional com a finalidade de preservar direito líquido e certo de dada coletividade.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II são corretos.

b) Apenas II e III são incorretos.

c) Apenas III é correto.

d) I e III são corretos.

e) I, II, III e IV são incorretos.

Direitos Sociais

- 1**
(DPE-RO/CESPE/2022) Os direitos sociais são uma garantia constante da Constituição Federal de 1988, entre os quais se encontra previsto o
- a) direito à moradia.
 - b) direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.
 - c) direito à propriedade.
 - d) direito à gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
 - e) direito à assistência jurídica integral e gratuita.
- 2**
(TRT - 14ª Região (RO e AC)/FCC/2022) A Constituição Federal inclui, expressamente, entre os direitos sociais, dentre outros,
- a) o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social e os direitos políticos.
 - b) a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte e a nacionalidade.
 - c) a educação, a saúde, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
 - d) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia e a nacionalidade.
 - e) a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a alimentação, o lazer e os direitos políticos.
- 3**
(Prefeitura de Princesa - SC/AMEOSC/2021) O Artigo 6º da constituição foi alterado para implementar novos direitos a todo povo brasileiro nos anos de 2000, 2010 e 2015. Quais os itens implementados nesses anos.
- a) A Assistência aos desamparados, ao Trabalho e a Infância.
 - b) A Moradia, a Alimentação e ao Transporte.
 - c) O Lazer, a Segurança e a Previdência social.
 - d) A Educação, a Proteção à maternidade e a Saúde.
- 4**
(TRT - 5ª Região (BA)/FCC/2022) O parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal de 1988 apresenta como direito social garantido pelo Estado:
- a) Educação e infraestrutura.
 - b) Proteção à maternidade e à infância e a liberdade de expressão.
 - c) Assistência aos desamparados e emancipação.
 - d) Previdência social e meio ambiente.
 - e) Alimentação e renda básica familiar, garantida em programa permanente de transferência de renda.
- 5**
(CRQ-10ª Região/Quadrix/2021) Acerca dos direitos sociais, julgue o item. A reserva do possível como limite para a efetivação de direitos sociais encontra limite, por sua vez, no princípio do mínimo existencial.
() Certo () Errado
- 6**
(OAB/FGV/2022) O perfil de proteção jurídica dos direitos fundamentais já passou e vem passando por momentos de avanços e involuções atrelados aos diferentes paradigmas constitucionais. Formam uma categoria aberta e dinâmica, que se encontra em constante mutação, em razão do Art. 5º, § 2º, da CRFB/88. Nessa perspectiva, em 2017, foi editada a Lei X que regulamentou diversos direitos sociais do rol constante do seu Art. 6º. Com isso, incorporou vários direitos sociais ao patrimônio jurídico do povo. No entanto, em 2019, foi aprovada a Lei Y, que revogou completamente a Lei X, desconstituindo pura e simplesmente o grau de concretização que o legislador democrático já havia dado ao Art. 6º da CRFB/88, sem apresentar nenhum outro instrumento protetivo no seu lugar. Diante de tal situação e de acordo com o direito constitucional contemporâneo, a Lei Y deve ser considerada
- a) inconstitucional, pois a revogação total da Lei X, sem apresentação de lei regulamentadora alternativa, viola o princípio da “reserva do possível”.
 - b) inconstitucional, pois a revogação total da Lei X, sem apresentação de lei regulamentadora alternativa, viola o princípio da “proibição de retrocesso social”.

c) constitucional, pois predomina no direito brasileiro o princípio da “reserva do possível”, cuja interpretação garante a onipotência do Poder Legislativo na concretização dos direitos sociais.

d) constitucional, pois predomina no direito brasileiro o princípio da “proibição do retrocesso social”, de modo que os direitos sociais não têm imperatividade, podendo ser livremente regulamentados.

7

(CRESS - SC/Quadrix/2019) Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item. São direitos do trabalhador uma relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa e seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

() Certo () Errado

8

(CRMV-AM/Quadrix/2020) De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o item a respeito dos direitos sociais. O salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

() Certo () Errado

9

(ISE-AC/IBADE/2021) A Constituição Federal de 1988 prevê que as trabalhadoras da iniciativa privada, da área urbana ou rural, têm direito à licença gestante com duração de:

- a) 60 (sessenta) dias.
- b) 100 (cem) dias.
- c) 120 (cento e vinte) dias.
- d) 140 (cento e quarenta) dias.
- e) 180 (cento e oitenta) dias.

10

(TRF - 3ª REGIÃO/FCC/2019) Edineia, trabalhadora urbana, foi dispensada sem justa causa de seu emprego e entende que possui créditos resultantes dessa relação de trabalho. Em conformidade com a Constituição Federal de

1988, Edineia tem direito de propor ação, em face de seu ex-empregador,

a) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

b) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

c) a qualquer tempo, uma vez que o direito ao trabalho é um direito fundamental e, portanto, imprescritível.

d) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

e) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

11

(DPE-AM/FCC/2022) Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre as normas constitucionais de proteção ao trabalho de adolescentes:

() É vedado o trabalho perigoso ou insalubre a pessoas menores de dezoito anos.

() É permitido o trabalho noturno a adolescentes que possuam entre dezesseis e dezoito anos.

() É permitido o trabalho insalubre a adolescentes menores de dezesseis anos na condição de aprendiz.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) F – F – V.

b) F – V – F.

c) V – F – V.

d) V – F – F.

e) V – V – F.

12

(MANAUSPREV/FCC/2021) Um empregado que registrou candidatura a cargo de direção de sindicato representativo da categoria no âmbito estadual foi eleito para um mandato de dois anos, que exerceu integralmente até o fim. Nos termos da Constituição Federal, a dispensa do empregado é vedada a partir do

a) primeiro dia do mandato e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

- b) registro da candidatura e até três anos após o fim do mandato.
- c) registro da candidatura e até dois anos após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- d) primeiro dia do mandato e até três anos após o fim do mandato.
- e) registro da candidatura e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

13

(TJ-MG/IBFC/2022) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma Constituição Federal de 1988 (CF/88). Visando a melhoria de sua condição social, a CF/88 garante ao trabalhador, exceto:

- a) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- b) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- d) piso salarial proporcional à extensão e relevância do trabalho da categoria, nacionalmente unificado, capaz de atender suas necessidades com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, transporte e previdência social, bem como, de sua família.
- e) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

(CREFITO 4º Região (MG)/Quadrix/2021) Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Considerando

essa informação, julgue o item acerca dos direitos sociais.

14

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

() Certo () Errado

15

(DPE-AM/FCC/2021) Dentre os direitos do trabalhador, cujo texto constitucional vigente admite disposição diversa por meio de acordo ou convenção coletiva, estão

- a) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais e o recolhimento de fundo de garantia por tempo de serviço.
- b) a irredutibilidade do salário e a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- c) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- d) o gozo de férias anuais remuneradas com um terço a mais do que o salário normal e o décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
- e) o adicional de insalubridade, periculosidade e tempo de serviço, e o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

16

(Prefeitura de Varginha - MG/OBJETIVA/2022) De acordo com a Constituição Federal, analisar a sentença abaixo:

É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município (1ª parte). Ao sindicato, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da

categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.

17

(Prefeitura de Cascavel - PR/OBJETIVA/2021) De acordo com a Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.
- b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- c) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

(FUB/CESPE/2016) À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos sociais, julgue o item a seguir.

18

Cabe ao sindicato da categoria definir, no caso de greve, os serviços ou atividades essenciais que serão disponibilizados à coletividade, assim

como dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

() Certo () Errado

(CREFONO - 3ª Região/Quadrix/2021) O capítulo II do Título II da Constituição Federal de 1988 é destinado aos direitos sociais. A respeito desse tema, julgue o item.

19

Quando, nos colegiados dos órgãos públicos, estiverem em discussão os interesses profissionais dos trabalhadores, não será assegurada a participação dos empregadores nas discussões.

() Certo () Errado

20

(Prefeitura de Horizontina - RS/OBJETIVA/2022) Em conformidade com a Constituição Federal, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: Nas empresas de mais de _____ empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

- a) 100.
- b) 150.
- c) 250.
- d) 200.
- e) 300.

Direitos de Nacionalidade

- 1**
(PGE-SC/FGV/2022) Johan nasceu no território brasileiro quando seus pais, Matheus, de nacionalidade alemã, e Marie, de nacionalidade francesa, aqui se encontravam a serviço da embaixada do Egito. Meses após o seu nascimento, Johan se mudou juntamente com a família para a Espanha. Ao completar 18 anos de idade, decidiu morar no Brasil, mas tinha dúvidas em relação ao tratamento jurídico que lhe seria dispensado. Ao consultar um advogado, foi corretamente informado a Johan que ele é considerado:
- a) estrangeiro, considerando a situação pessoal dos seus pais.
 - b) brasileiro nato, independentemente do cumprimento de qualquer outra condição.
 - c) brasileiro nato, caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
 - d) brasileiro nato, caso comprove que seus pais residiram no território brasileiro por mais de quinze anos ininterruptos e não tiveram condenação penal.
 - e) estrangeiro, mas será alcançado pelo instituto da quase nacionalidade por ter nascido no território brasileiro, apesar da situação pessoal dos seus pais.
- 2**
(TJ-RO/FGV/2021) Ingrid nasceu no território da Bélgica à época em que seu pai, brasileiro, ali atuava em uma indústria privada de conectores eletrônicos. Sua mãe era belga. Considerando que Ingrid foi registrada apenas perante o órgão competente belga, não perante uma repartição brasileira, ela é considerada:
- a) estrangeira, somente lhe restando a opção de se naturalizar brasileira, na forma da lei.
 - b) brasileira nata, já que seu pai era brasileiro e se encontrava em território belga a trabalho.
 - c) brasileira nata, pois a ordem constitucional brasileira adota, em caráter conjunto, os modelos do jus soli e do jus sanguinis.
 - d) estrangeira, mas, caso venha a residir no território brasileiro e opte, a qualquer tempo,
- após atingir a maioria, pela nacionalidade brasileira, adquiri-la-á em caráter nato.
- e) estrangeira, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira, em caráter nato, caso o requeira, em território belga, perante repartição consular brasileira, no ano seguinte à maioria.
- 3**
(POLITEC-RO/CESPE/2022) Caso requeira, será brasileiro naturalizado aquele que for
- a) nascido no Brasil, filho de pais estrangeiros que não estejam a serviço de seu país.
 - b) nascido no estrangeiro, de genitor brasileiro, que venha a residir no Brasil antes dos dezoito anos de idade.
 - c) originário de país de língua portuguesa com residência no Brasil por um ano ininterrupto e com idoneidade moral.
 - d) estrangeiro residente no Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal.
 - e) nascido no estrangeiro, de genitor brasileiro, registrado em repartição brasileira e que faça essa opção.
- 4**
(PGM-Niterói/FGV/2023) Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988. O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:
- a) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria.
 - b) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros.
 - c) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados.

d) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria.

e) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

(CRQ 10º Região/Quadrix/2021) Julgue o item quanto à nacionalidade na Constituição Federal de 1988.

5

Os portugueses residentes permanentemente no Brasil possuirão, desde que naturalizados, os mesmos direitos dos brasileiros.

() Certo () Errado

6

(DPE-CE/FCC/2022) A Constituição Federal prevê que são privativos de brasileiros natos os cargos a) de Governador.

b) da mesa diretora da Câmara dos Deputados.

c) de Ministro de Estado.

d) de carreira diplomática.

e) de Ministro dos Tribunais Superiores.

7

(TJ-DF/FGV/2022) John, de nacionalidade estrangeira e que veio a se naturalizar brasileiro, tinha sido condenado, anteriormente, em seu país de origem, em sentença judicial transitada em julgado, pela prática de crime comum. Após anos de negociação, o seu país de origem celebrou tratado de extradição com o Estado brasileiro e requereu a extradição de John. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que John:

a) não pode ser extraditado, pois o Brasil não extradita os seus nacionais;

b) não pode ser extraditado, salvo se, previamente, for declarada a perda da nacionalidade brasileira;

c) pode ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, sendo-lhe aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;

d) poderia ser extraditado em razão da natureza do crime e do momento em que o praticou, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente;

e) poderia ser extraditado, como qualquer nacional, nato ou naturalizado, em razão da natureza do crime, mas não lhe é aplicável o tratado de extradição celebrado posteriormente.

(CEBRASPE - PGE-PB/CESPE/2021) Com base no disposto na Constituição Federal, julgue:

8

O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implica perda dos direitos políticos.

() Certo () Errado

(Criciúma - SC/Unesc/2021/Adaptada)

Identifique a alternativa abaixo que enuncia corretamente o direito fundamental, nos termos da Constituição Federal de 1988:

9

Brasileiro que adquirir outra nacionalidade como condição para exercício de direitos políticos não perderá a nacionalidade brasileira.

() Certo () Errado

10

(Prefeitura de Cascavel - PR/OBJETIVA/2020) Segundo a Constituição Federal, analisar os itens abaixo:

I. A Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

II. São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacional.

III. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem ter símbolos próprios.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item I.

b) Somente o item III.

c) Somente os itens I e II.

d) Somente os itens II e III.

e) Todos os itens.

Direitos Políticos

- 1**
(PGM - Niterói/FGV/2023) Joana, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da correlação, na perspectiva da ordem constitucional brasileira, entre os conceitos de cidadania, nacionalidade e direitos políticos. O professor respondeu, corretamente, que:
- todo aquele que tem a nacionalidade brasileira é cidadão;
 - todo aquele que tem a nacionalidade brasileira tem direitos políticos;
 - o cidadão pode adquirir os direitos políticos com o alistamento eleitoral;
 - todo aquele que tem a nacionalidade brasileira, quando nata, pode se tornar cidadão, o que é vedado ao naturalizado;
 - aquele que tem a nacionalidade brasileira pode se tornar cidadão, momento em que irá adquirir os direitos políticos.
- 2**
(Prefeitura de Conchas - SP/MetroCapital Soluções/2019) De acordo com a ordem constitucional vigente, são considerados direitos políticos positivos:
- Perda e suspensão dos direitos políticos.
 - Votar e ser votado.
 - Propor ação popular e exercer a iniciativa popular.
- Apenas o item I é verdadeiro.
 - Apenas o item II é verdadeiro.
 - Apenas o item III é verdadeiro.
 - Apenas os itens II e III são verdadeiros.
 - Todos os itens são verdadeiros.
- 3**
(PC-MG/FUMARC/2022) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante, EXCETO:
- Ação popular.
 - Iniciativa popular.
 - Plebiscito.
 - Referendo.
- 4**
(DPE-AM/FCC/2019) A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mais
- a iniciativa popular, o referendo e o plebiscito. Tais instrumentos previstos na Constituição Federal vigente correspondem ao modelo
- do pluralismo político.
 - da democracia indireta.
 - da democracia direta.
 - da democracia semidireta.
 - do veto popular.
- 5**
(PC-CE/IDECAN/2021) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:
- os analfabetos;
 - os apenados;
 - os maiores de setenta anos;
 - os residentes no estrangeiro;
 - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- Analise os itens acima e assinale
- se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
 - se apenas os itens III, IV e V estiverem corretos.
 - se apenas os itens I, III e V estiverem corretos.
 - se apenas os itens I, III e IV estiverem corretos.
 - se apenas os itens II, IV e V estiverem corretos.
- 6**
(DPE-PA/CESPE/2022) De acordo com a CF, observada a legislação eleitoral, são condições de elegibilidade para o cargo de deputado estadual, entre outras,
- a filiação partidária, a idade mínima de vinte e um anos e o domicílio eleitoral na circunscrição, não sendo obrigatório o alistamento eleitoral.
 - a nacionalidade brasileira, a filiação partidária e a idade mínima de vinte e um anos, não havendo previsão de idade máxima.
 - a nacionalidade brasileira, a idade mínima de vinte e um anos e o alistamento eleitoral, não sendo obrigatória a filiação partidária.
 - o nascimento no Brasil, o alistamento eleitoral e a filiação partidária, não havendo previsão de idade máxima.
 - o nascimento no Brasil, a idade mínima de vinte e um anos e o domicílio eleitoral na circunscrição eleitoral, não sendo obrigatória a filiação partidária.

- 7**
(DPE-AM/FCC/2022) São hipóteses de perda ou de suspensão dos direitos políticos previstas na Constituição Federal:
- a) Existência de processo criminal em andamento e condenação por improbidade administrativa.
 - b) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e incapacidade civil absoluta.
 - c) Ausência de alistamento militar obrigatório e decretação de prisão civil por débitos alimentares.
 - d) Perda da nacionalidade e condenação em processo por apuração de ato infracional.
 - e) Inclusão de débito na Dívida Ativa da União e incapacidade civil relativa.
- 8**
(DPE-AM/FCC/2022) Juliana é analfabeta e possui dúvidas sobre seus direitos políticos. Segundo a Constituição Federal de 1988, Juliana é
- a) inelegível e seu voto é facultativo.
 - b) inelegível e seu voto é obrigatório.
 - c) elegível e seu voto é facultativo.
 - d) elegível e seu voto é obrigatório.
 - e) inalistável e seu voto é obrigatório.
- 9**
(TRT - 18ª Região (GO)/FCC/2023) Jacinto foi eleito, em 2020, Prefeito do Município "X", estando em seu primeiro mandato, sendo que, em 2022, sua esposa, Eleonora, ganhou, pela primeira vez, as eleições para Governadora do Estado "XY", que engloba o Município "X". Nas eleições de 2024, Jacinto pretende tentar a reeleição. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas e considerando que as demais condições de elegibilidade foram atendidas, Jacinto
- a) poderá se candidatar como pretende, pois não é inelegível para Prefeito, no território de jurisdição do Governador, o seu cônjuge, independentemente de ser candidato à reeleição.
 - b) não poderá se candidatar como pretende, pois é cônjuge da Governadora do Estado que engloba o Município "X".
 - c) poderá se candidatar como pretende apenas se renunciar ao cargo de Prefeito seis meses antes do pleito.
 - d) poderá se candidatar como pretende, pois já é titular de mandato eletivo (Prefeito) e candidato à reeleição.
 - e) não poderá se candidatar como pretende, salvo se Eleonora renunciar ao seu mandato de Governadora até seis meses antes do pleito.
- 10**
(TRE-RJ/CONSULPLAN/2017) "O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de _____ dias, contados da _____, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.
- a) 10 / eleição. c) 10 / diplomação.
 - b) 15 / eleição. d) 15 / diplomação.
- 11**
(OAB/FGV/2022) Faltando um ano e meio para a eleição dos cargos políticos federais e estaduais, é promulgada pelo Presidente da República uma lei que estabelece diversas alterações no processo eleitoral. Alguns partidos políticos se insurgem, alegando ser inconstitucional que essa lei produza efeitos já na próxima eleição. Afirmam que uma nova lei eleitoral não pode ser aplicada na eleição imediata, pois isso contrariaria o princípio da anterioridade. No que tange à discussão referida, a possibilidade de a referida lei produzir efeitos já nas próximas eleições é
- a) constitucional, já que o lapso temporal, entre a data de entrada em vigor da lei e a data da realização da próxima eleição, não afronta a regra temporal imposta pela Constituição Federal.
 - b) inconstitucional, por violação expressa ao princípio da anterioridade da legislação eleitoral, nos limites que a Constituição Federal de 1988 a ele concedeu.
 - c) inconstitucional, porque qualquer alteração do processo eleitoral somente poderia vir a ocorrer por via do poder constituinte derivado reformador.
 - d) constitucional, pois a Constituição Federal não impõe ao legislador qualquer limite temporal para a realização de alteração no processo eleitoral.

Partidos Políticos

(CREF - 11ª Região (MS-MT)/Quadrix/2019)
Julgue o item, relativo a partidos políticos.

1

Os partidos políticos possuem natureza jurídica de direito público e adquirem personalidade própria a partir de seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

() Certo () Errado

2

(SEFAZ-AM/FGV/2022) Um grupo de pessoas, com destacada vida pública e elevado prestígio social, decidiu adotar as providências necessárias para constituir um partido político e lançar candidatos nas eleições que seriam realizadas dois anos depois. Um(a) advogado(a) informou corretamente ao grupo que, observados os demais requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, os partidos políticos

a) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.

b) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo posteriormente registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.

c) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária condição de elegibilidade, mas não requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.

d) adquirem personalidade jurídica com o seu reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade, mas requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.

e) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo comunicar o início de atividades ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo admitidas candidaturas autônomas, sem filiação partidária, apenas para o Executivo.

3

(TRT - 14ª Região (RO e AC)/FCC/2022) Em conformidade com a Constituição Federal, resguardados a soberania nacional, o regime

democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana, é livre a criação,

a) fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, observando-se, dentre outros preceitos, a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

b) bem como a extinção dos partidos políticos, vedadas a sua fusão e incorporação, observando-se, dentre outros preceitos, a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

c) fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, observando-se, dentre outros preceitos, a permissão de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

d) bem como a extinção dos partidos políticos, vedadas a sua fusão e incorporação, observando-se, dentre outros preceitos, a permissão de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

e) fusão e extinção dos partidos políticos, vedada a sua incorporação, observando-se, dentre outros preceitos, a permissão de recebimento de recursos de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

(PGE-PE/CESPE/2019) A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, julgue o item seguinte.

4

A adoção do modelo proporcional em eleições de deputados fere o princípio da eleição direta, pois a eleição de um deputado não deve depender dos votos recebidos por outros candidatos do partido ou por sua legenda.

() Certo () Errado

5

(Ministério da Economia/IDIB/2021) Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que preencha corretamente as lacunas do trecho

a seguir: “É assegurada _____ autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas _____, vedada a sua celebração nas _____, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer _____ normas de _____”.

- a) aos sindicatos; negociações coletivas; greves; proteção ao trabalhador.
- b) aos sindicatos, às federações e às confederações; greves; negociações coletivas nacionais; proteção ao empregado.
- c) aos partidos políticos; eleições nacionais; eleições majoritárias; disciplina e fidelidade partidária.
- d) às confederações; greves; negociações coletivas; proteção ao trabalhador.
- e) aos partidos políticos; eleições majoritárias; eleições proporcionais; disciplina e fidelidade partidária.

6

(Prefeitura de Arujá-SP/VUNESP/2019) A respeito da disciplina constitucional para acesso dos partidos políticos ao fundo partidário no Brasil, a partir do quanto previsto em função das alterações promovidas pela Emenda Constitucional 97/2017, é certo afirmar que, para as eleições de 2030, terão acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão:

- a) todos os partidos políticos, uma vez que a Constituição expressamente assegura não apenas a criação, fusão, incorporação e extinção, mas também um tratamento isonômico entre eles.
- b) somente os partidos políticos que tenham lançado candidatos aos cargos de Presidente ou Vice-Presidente da República, bem como no mínimo cinco nomes aos cargos de deputados ou senadores.

c) somente aqueles que, cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, e tiverem eleito pelo menos 15 senadores.

d) somente aqueles que, alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, ou tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos 9 Estados do país.

e) todos os partidos políticos que, até 6 meses antes do pleito eleitoral, tenham registrado os respectivos Estatutos perante o Tribunal Superior Eleitoral.

7

(TRT - 17ª Região (ES)/FCC/2022) Jocasta, Deputada Federal, Martina, Deputada Estadual e Jordana, Vereadora, desligaram-se dos partidos políticos pelos quais foram eleitas, com a anuência desses partidos. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, é correto afirmar que

- a) apenas Martina perderá seu mandato.
- b) apenas Jocasta perderá o mandato.
- c) Jocasta, Martina e Jordana perderão seus mandatos.
- d) apenas Jordana perderá seu mandato.
- e) Jocasta, Martina e Jordana não perderão seus mandatos.

8

(TRT - 17ª Região (ES)/FCC/2022) Considerando que “PVA” seja um partido político e que ele tenha direito a recursos do fundo partidário, em conformidade com a Constituição Federal, deve-se observar que o partido “PVA” é

- a) proibido de receber recursos financeiros de governo estrangeiro, mas autorizado a recebê-los de entidade estrangeira, e deve aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de

promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

b) proibido de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e deve aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

c) proibido de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e deve aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

d) autorizado a receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e deve aplicar no mínimo 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

e) autorizado a receber recursos financeiros de governo estrangeiro, mas proibido de recebê-los de entidade estrangeira, e deve aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

Organização Político-Administrativa

1

(INÉDITA/2023) No que se refere a organização político-administrativa assinale a alternativa incorreta.

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos soberanos, nos termos desta Constituição.
- b) Brasília é a Capital Federal.
- c) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

2

(CRO-RS/Quadrix Fiscal/2019) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por meio de lei

a) federal, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependendo de consulta mediante plebiscito.

b) federal, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependendo de consulta mediante referendo.

c) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependendo de consulta prévia, mediante referendo.

d) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito.

e) complementar federal, dentro do período determinado por lei estadual e dependendo de consulta mediante referendo.

3

(Prefeitura de Dezesseis de Novembro - RS/OBJETIVA/2022) De acordo com a Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento, podendo, entretanto, manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.

II. Recusar fé aos documentos públicos.

III. Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente os itens I e II.

b) Somente os itens I e III.

c) Somente os itens II e III.

d) Todos os itens.

Administração Pública - Disposições Gerais

- 1**
(Prefeitura de Santana do Livramento - RS/AVALIA/2023) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios constitucionalmente previstos no artigo 37º. Dentre eles, NÃO está a:
- a) legalidade. d) publicidade.
b) impessoalidade. e) discricionariedade.
c) moralidade.
- 2**
(PGE-ES/Instituto Consulplan/2022) Analise as afirmativas a seguir.
- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, desde que naturalizados, na forma da lei.
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, exclusivamente, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- IV. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- Está correto o que se afirma apenas em
- a) I e II. b) I e III. c) II e III. d) III e IV.
- (TJ-ES/CESPE/2023) Com relação aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue o item seguinte.
- 3**
As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
() Certo () Errado
- 4**
(DPE-RO/CESPE/2022) Nos termos da CF, a contratação por tempo determinado na administração pública é
- a) inadmissível.
b) admitida em épocas eleitorais, haja vista a proibição de nomeação, contratação ou admissão do servidor público nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos.
c) admitida para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
d) admitida em qualquer circunstância, uma vez que não há vedação constitucional.
e) admitida somente nos casos estabelecidos em lei complementar.
- 5**
(TJ-SC/FGV/2018) Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo de natureza técnica na Administração Pública municipal, foi aprovada em concurso público de provas e títulos, organizado pelo Estado, para o provimento de um cargo igualmente de natureza técnica. Ao dirigir-se ao departamento de recursos humanos do Estado para apresentar os documentos necessários à posse, foi informada que a ordem constitucional vedava a acumulação de cargos públicos nas circunstâncias em que se encontrava. À luz da sistemática constitucional, a informação prestada a Maria está:
- a) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos desde que Maria opte pela remuneração de um deles.
b) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que seja observado o teto remuneratório.
c) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
d) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de cargos públicos de natureza técnica.
e) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de quaisquer cargos públicos.

- 6**
(MPE-SC/Instituto Consulplan/2019) Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
() Certo () Errado
- 7**
(MPE-RJ/FGV/2019) O Prefeito Municipal João realizou inauguração de praça pública recém reformada, discursando para a população sobre os benefícios que os novos equipamentos de ginástica podem trazer no âmbito da saúde, bem-estar e lazer dos cidadãos. De acordo com o texto constitucional, diante dos elementos informados, a conduta de João é:
- a) lícita, eis que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - b) lícita, eis que na publicidade dos atos dos órgãos públicos podem constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal das autoridades públicas responsáveis.
 - c) ilícita, eis que houve flagrante abuso de poder político, com tentativa de obter vantagem eleitoral, subvertendo o princípio da supremacia do interesse público.
 - d) ilícita, eis que é vedada a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, a fim de preservar o princípio da impessoalidade;
 - e) ilícita, eis que houve promoção pessoal, com violação frontal aos princípios da impessoalidade e moralidade, pois a reforma da praça é simples ato de ofício.
- 8**
(Faceli/IBADE/2022) A Constituição Federal de 1988 define que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que:
- a) não será assegurado o direito a regresso contra o responsável.
 - b) que será assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - c) que será assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
 - d) que será assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de culpa.
 - e) será assegurado o direito a regresso contra o responsável somente nos crimes com previsão de pena de reclusão.
- (TJ-ES/CESPE/2023) De acordo com o estabelecido na CF sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, a administração pública e os servidores públicos, julgue o item subsequente.
- 9**
O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer em tal condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
() Certo () Errado
- 10**
(CESPE/DPE-RO/2022) Um governador de estado havia sido aprovado em concurso público antes de concorrer às eleições e de tomar posse. Passados dois anos do seu mandato, ele foi nomeado para o referido cargo, na mesma unidade federativa da sua governança. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.
- a) O governador perderá o cargo eletivo se tomar posse no cargo público.
 - b) A nomeação para o cargo público deve ser anulada, em razão de se tratar do governador da mesma unidade federativa.
 - c) O governador poderá tomar posse no cargo público, mas não poderá exercê-lo durante o mandato do cargo eletivo.
 - d) A nomeação para o cargo público pode ser suspensa até o término do mandato do governador.
 - e) O governador poderá tomar posse e exercer o cargo público, acumulando-o com o cargo eletivo, desde que haja compatibilidade.

Administração Pública - Servidores Públicos

- 1**
(Câmara de Guarujá do Sul - SC/AMEOSC/2020)
De acordo com a Constituição Federal, sobre os servidores públicos e sua carreira, é certo dizer que:
- a) Somente os Municípios instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
 - b) Somente os Estados instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
 - c) Somente a União aos Municípios instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
 - d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- 2**
(TJ-SP/VUNESP/2023) A respeito dos Servidores Públicos, assinale a alternativa que está de acordo com o expresso na Constituição Federal.
- a) Admite-se em situações excepcionais a incorporação de vantagens de caráter temporário ao exercício de função de confiança à remuneração do cargo efetivo.
 - b) A fixação dos padrões de vencimento do sistema remuneratório observará, entre outras coisas, o grau de dificuldade exigido no concurso público.
 - c) A União, os Estados e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos.
 - d) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
 - e) Os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.
- 3**
(Prefeitura de Esteio - RS/FUNDATEC/2022) O regime _____ de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter _____ e _____, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.
- a) próprio – contributivo – subsidiário.
 - b) próprio – contributivo – solidário.
 - c) impróprio – contributivo – solidário.
 - d) impróprio – retributivo – solidário.
 - e) próprio – retributivo – subsidiário.
- 4**
(Prefeitura de Novo Hamburgo - RS/INSTITUTO AOCP/2020) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Assim sendo, o servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado
- a) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando suscetível de readaptação.
 - b) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de Lei Ordinária.
 - c) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de Lei Ordinária.
 - d) no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de

contribuição e os demais requisitos estabelecidos em Lei do respectivo ente federativo.

e) no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

5

(Câmara de Jandira - SP/IGECS/2020) A Constituição Federal estabelece a regra de idade mínima para aposentadoria, no âmbito da União, aos 62 anos, se servidora mulher, e 65 anos, se homem. Os ocupantes do cargo de professor que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar, terão idade mínima reduzida em:

- a) dois anos.
- b) cinco anos.
- c) três anos.
- d) dez anos.

6

(Prefeitura de Maripá - PR/OBJETIVA/2021) Considerando-se a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE: _____ ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes físicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes, _____ a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

- a) Poderão | vedada.
- b) Não poderão | facultada.
- c) Poderão | facultada.
- d) Não poderão | vedada.

7

(Prefeitura de Itajaí - SC/FEPESE/2020) Analise as afirmativas abaixo considerando as disposições constitucionais a respeito dos servidores públicos.

1. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos

proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 anos de idade.

2. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme os critérios estabelecidos em lei.

3. A lei poderá, excepcionalmente, estabelecer formas de contagem de tempo de contribuição fictício.

4. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

8

(UFRRJ/UFRRJ/2023) A Constituição Federal determina que são estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Dessa forma, o servidor público estável só perderá o cargo por

- a) procedimento de avaliação de desempenho realizado pelo Conselho Superior do órgão de lotação.
- b) decisão fundamentada de autoridade competente em processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) sentença judicial, ainda que não transitada em julgado, devendo ser observado a ampla defesa e o contraditório.
- d) decisão de extinção do cargo público pela autoridade competente, sem que lhe seja assegurada ampla defesa e contraditório.
- e) reprovação em avaliação anual de desempenho, mediante procedimento contraditório, porém sem o exercício de ampla defesa.

- 9**
(TRT - 14ª Região (RO e AC)/FCC/2022) Nos termos da Constituição Federal, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem,
- a) com direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, não podendo ser posto em disponibilidade, sob pena de ferir a estabilidade prevista constitucionalmente
 - b) com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - c) sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
 - d) com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
 - e) sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Ordem Social da Educação

1.

(Prefeitura de Ituberá - BA/MS Consultoria/2023)
Marque a expressão que preenche corretamente a lacuna do Art.205 da Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Art. 205. A educação, _____, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição (planalto.gov.br)).

- a) “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada”
- b) “dever exclusivo do Estado”
- c) “direito de todos e dever do Estado, que deve ser fiscalizado pela família”
- d) “direito de família e dever do Estado”
- e) “direito pleno e inalienável de todos e dever absoluto do Estado e responsabilidade da família”

2

(UFMG/UFMG/2023) Segundo a Constituição Federal, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Para que esse direito se concretize, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, EXCETO:

- a) financiamento privado do ensino em estabelecimentos oficiais.
- b) igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola.
- c) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber
- d) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

3

(UFG/CS-UFG/2019) De acordo com o Art. 207 da CFB de 1988 e suas alterações posteriores, as universidades

- a) desfrutam de prerrogativas distintas das instituições de pesquisa científica e tecnológica.
- b) são impedidas de admitirem professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- c) obedecerão ao princípio da dissolubilidade entre ensino e pesquisa.

d) gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

4

(Prefeitura de Guarulhos - SP/VUNESP/2023)
Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de, entre outros:

- a) educação infantil gratuita, em creche e pré-escola, dos 3 (três) aos 7 (sete) anos de idade, próximo à residência das crianças.
- b) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- c) progressiva universalização do ensino médio e do ensino superior gratuito em estabelecimentos oficiais de ensino.
- d) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em Centros de Educação Especial (CEEs).
- e) oferta de ensino noturno regular, adequando-se o educando às condições oferecidas pela instituição de ensino.

5

(SEDU-ES/FCC/2022) Segundo a Constituição Federal, o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- a) autonomia didático-científica e curricular, autorização pelo Poder Público e igualdade nas condições de acesso e permanência
- b) avaliação de qualidade pelo poder público, prevalência do propósito pedagógico sobre a lucratividade e inscrição do projeto político-pedagógico nos conselhos de educação.
- c) autorização pelo Poder Público, piso salarial comum ao ensino público e igualdade nas condições de acesso e permanência.
- d) piso salarial nacional comum ao ensino público, renovação periódica das concessões pelo poder público e inscrição do projeto político-pedagógico nos conselhos de educação.
- e) cumprimento das normas gerais da educação nacional; autorização pelo Poder Público e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

- 6**
(Prefeitura de Fortaleza-CE/2022) Sobre a sustentação legal para o Ensino Religioso no Brasil, a Constituição brasileira de 1988, por meio do artigo 210, afirma que:
- o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental.
 - o Ensino Religioso será dado pelos ministros de cada culto no edifício escolar.
 - o Ensino Religioso é uma das dez áreas de conhecimento.
 - o Ensino Religioso será ministrado sem ônus para os cofres públicos.
- 7**
(Prefeitura de Peruíbe - SP/VUNESP/2023) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 211, define que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. De acordo com o inciso 2º do referido artigo, os municípios atuarão
- exclusivamente na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental regular.
 - obrigatoriamente em toda educação básica, no ensino técnico e no ensino superior.
 - inevitavelmente no ensino médio e na educação de jovens e adultos.
 - prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
 - impreterivelmente na educação básica, no ensino superior e na educação especial.
- 8**
(UFMT/UFMT/2021) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no caput do artigo 212, reza que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Sobre os recursos para a educação, é correto afirmar:
- O uso dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino inclui o pagamento de aposentadorias e de pensões.
 - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento aos alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental e, sobrando-se recursos, aos demais ciclos.
 - A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
 - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde para estudantes da educação básica serão financiados com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 9**
(IF-MT/IF-MT/2019) O art. 208 da Constituição Federal de 1988 estabelece em seu § 1º: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo". Diante disso, o art. 213 esclarece que: "os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei", desde que:
- comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
 - asseguem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
 - comprovem lucratividade e invistam seus lucros em educação básica;
 - em caso de encerramento de suas atividades, o patrimônio seja destinado preferencialmente às escolas de elevado padrão de ação social;
 - asseguem a destinação do patrimônio financeiro a outra escola confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.
- Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s)
- II.
 - II, III e V.
 - I, III, e IV.
 - I e II.
 - Todas as alternativas estão corretas.

10

(Câmara de Tatuí - SP/VUNESP/2019) Ao tratar da educação, a Constituição Federal prescreve que a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam, entre outras, a:

a) destinação de bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos.

b) defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e produção, promoção e difusão de bens culturais e do ensino.

c) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura e do ensino em suas múltiplas dimensões, e valorização da diversidade étnica e regional.

d) formação para o trabalho e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

e) inventários, registros, vigilância, tombamento e outras formas de acatamento e preservação do ensino.

Princípios Constitucionais Explícitos e Implícitos

(CRO-MS/Quadrix/2023) À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item abaixo.

1

Os princípios constitucionais explícitos que devem ser obedecidos pela Administração Pública são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

() Certo () Errado

2

(DPE-SC/FCC/2017) A respeito do princípio da proibição de retrocesso, considere:

I. É considerado pela doutrina um princípio constitucional implícito.

II. A sua aplicação está restrita ao âmbito dos direitos sociais, não alcançando outros direitos fundamentais.

III. A vinculação ao referido princípio é restrita à figura do legislador, não alcançando outros poderes ou entes estatais.

IV. A sua fundamentação constitucional pode ser extraída, entre outros, dos princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica, bem como das garantias constitucionais da propriedade, do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, III e IV.

b) II e III.

c) I, II e III.

d) II, III e IV.

e) I e IV.

3

(PC-BA/VUNESP/2018) Assinale a alternativa que contém os princípios constitucionais explícitos aplicáveis ao Direito Penal.

a) Da adequação social – da proporcionalidade – da intranscendência.

b) Da dignidade da pessoa humana – da legalidade – da anterioridade legal.

c) Da fragmentariedade – do ne bis in idem ou da vedação do duplo apenamento – da humanidade.

d) Da culpabilidade – da Insignificância ou bagatela – da subsidiariedade.

e) Da reserva legal – da alteridade ou transcendentalidade – da intervenção mínima.

(TC-DF/CESPE/2021) A respeito da ordem econômico-financeira na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

4

A subsidiariedade da atuação estatal à iniciativa privada na ordem econômica é princípio implícito do texto constitucional, uma vez que o principal papel reservado ao Estado é o de agente normativo e regulador da atividade econômica.

() Certo () Errado

Administração Pública Direta e Indireta

1

(Prefeitura de Jaraguá do Sul - SC/FURB/2023)
Sobre administração pública direta, assinale a alternativa correta:

- a) As fundações públicas são exemplos de empresas da administração pública direta.
- b) As autarquias são classificadas como administração pública direta e prestam os serviços diretamente aos cidadãos.
- c) A Administração pública Direta é formada pelos órgãos públicos que fazem parte do Estado, mas não tem nenhuma ligação com ele.
- d) A administração Pública direta exerce suas funções de maneira descentralizada.
- e) A Administração Pública direta é o conjunto de órgãos ligados diretamente ao Poder Executivo, em nível federal, estadual e municipal.

2

(DPE-RS/FGV/2023) Antônio, estudante de direito, questionou o seu professor de direito administrativo a respeito do enquadramento, no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, de três estruturas:

- (1) a Secretaria de Estado de Educação;
 - (2) a autarquia Beta; e
 - (3) a Divisão de desempenho da Secretaria de Estado de Educação, subordinada à Diretoria de Ensino, e esta ao secretário de Estado.
- O professor de Antônio respondeu, corretamente, que a estrutura 1 é exemplo de:
- a) desconcentração administrativa, o mesmo ocorrendo com a 2 e a 3.
 - b) administração indireta, enquanto a 2 e a 3 são exemplos de administração descentralizada.
 - c) administração direta; a 2, de administração descentralizada; e a 3, de desconcentração administrativa.
 - d) descentralização administrativa, o mesmo ocorrendo com a 3, enquanto a 2 é exemplo de administração direta.
 - e) administração centralizada, o mesmo ocorrendo com a 2, enquanto a 3 é exemplo de administração descentralizada.

3

(UFPR/NC-UFPR/2023) Sobre os conceitos administração pública direta e indireta, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a explicação da comissão de especialistas que sugeriu uma reforma da organização administrativa brasileira, a administração indireta é organizada com base na hierarquia e na desconcentração, sendo composta por órgãos sem personalidade jurídica.
- b) A criação e a extinção de órgãos da administração indireta dependem de lei de iniciativa do Chefe do Executivo.
- c) A organização e o funcionamento da administração direta serão regulados por decreto.
- d) A administração pública direta envolve o conjunto de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, criadas por lei, para desempenhar atividades assumidas pelo Estado.
- e) A administração pública direta envolve o fenômeno da descentralização por serviços das atividades estatais, pois a pessoa política faz nascer, por lei, outro ente com personalidade jurídica própria.

4

(TJ-AP/TJ-AP/2023) Caso um estado da federação tenha criado, por lei específica, pessoa jurídica com autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial, com personalidade jurídica própria, para o exercício de atividades típicas da Administração pública, a referida entidade da administração indireta é:

- a) uma empresa pública com personalidade jurídica de direito público.
- b) uma autarquia com personalidade jurídica de direito público.
- c) uma sociedade de economia mista com personalidade híbrida.
- d) um órgão público sem personificação.
- e) uma fundação com personalidade jurídica de direito privado.

(TJ-ES/CESPE/2023) No que se refere à organização administrativa, ao controle da administração pública e à Lei nº 8.429/1992, julgue o item subsequente.

5

Fundação de direito privado instituída pelo poder público pode auferir receita de suas atividades, sem que essa ação descaracterize sua natureza de entidade não lucrativa.

() Certo () Errado

(CRESS-GO/Quadrix/2019) Quanto aos princípios básicos de administração pública e às características da Administração Pública Federal, julgue o item.

6

É vedada a instituição de empresas públicas com a participação de apenas uma pessoa jurídica.

() Certo () Errado

7

(TJ-ES/IBADE/2023) A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a

entidade da administração indireta, é conceituada como:

- a) empresa pública federal.
- b) sociedade de economia mista.
- c) autarquia.
- d) empresa pública estadual.
- e) fundação pública.

8

(ITAIPU BINACIONAL/NC-UFPR/2019) Com relação à organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade de economia mista será criada por lei específica e será constituída como sociedade limitada ou como sociedade anônima.
- b) A autarquia poderá ser criada com personalidade jurídica de direito público ou com personalidade jurídica de direito privado, no interesse da Administração.
- c) Toda empresa pública estará sujeita a supervisão ministerial.
- d) A sociedade de economia mista poderá ser criada com personalidade jurídica de direito público.
- e) A empresa pública será criada por lei específica e será constituída, obrigatoriamente, como sociedade anônima.

A COLEÇÃO MAIS COMPLETA DO BRASIL

